

FMI: refinanciamento não resolve

Nova Iorque — Embora o refinanciamento da dívida externa do Terceiro Mundo tenha evitado uma crise financeira, um estudo do Fundo Monetário Internacional (FMI) adverte sobre problemas potenciais que surgirão no futuro quando os países endividados precisarem recomeçar o pagamento dos empréstimos iniciais.

No seu estudo "Recentes Reestruturações Multilaterais das Dívidas Junto a Credores Oficiais e Bancários", o FMI informa que 22 países completaram o reescalonamento de seus débitos até outubro de 1983, contra a média de apenas 4 por ano no último quinquênio dos anos 70.

No final de 1982, cerca de 27 países procuravam reescalonar seus débitos bancários — entre estes o Brasil e o México, cujas dívidas junto aos bancos eram de 60,45 e 62,9 bilhões de dólares, respectivamente. No extremo oposto da lista figuravam Malawi e a Guiana, que deviam 202 milhões e 129 milhões de dólares, respectivamente, aos bancos.

Abaixo do Brasil e do México, os maiores devedores aos bancos eram a Venezuela (27,5 bilhões), a Argentina (25,68 bilhões), Chile (11,6 bilhões) e Iugoslávia (9,8 bilhões de dólares).

Até outubro de 1983, cinco dos dez maiores países em desenvolvimento tomadores de empréstimos, com um total de débito bancário ascendendo a 188 bilhões de dólares, estavam reescalando suas dívidas junto aos bancos comerciais.

O montante do débito refinanciado subiu dramaticamente para 60 bilhões de dólares em princípios de outubro de 1983, contra a elevação anual média de 5 bilhões de dólares em 1982 e 1,5 bilhão de dólares no período de 1978-81.

Os compromissos vencidos dos países devedores totalizavam 18 bilhões no final de 1982, contra a média de 5 bilhões e 6 bilhões de dólares registrada no quinquênio anterior.

O estudo demonstrou que os países mais endividados aumentaram seu débito bancário à média anual de 25 por cento nos primeiros cinco anos de 1982, contra os 19 por cento de acúmulo dos compromissos que se observava em outras nações em desenvolvimento, não produtoras de petróleo.

A análise destacou que os países em desenvolvimento — entre os quais os africanos e alguns dos pequenos da América Latina — recorreram cada vez mais às tomadas de empréstimos para o financiamento de seus débitos em conta corrente. A disposição de emprestar, demonstrada pelos bancos, contribuía para que essas nações mergulhassem cada vez mais em compromissos.

Em vez de adotarem medidas econômicas que teriam justificado essa política creditícia, tais países apegaram-se sempre mais aos financiamentos bancários, o que "tendeu a facilitar a política de expansão da demanda e das rendas, retardando

os ajustes necessários", diz o relatório.

As súbitas dificuldades financeiras surgidas para os países em desenvolvimento junto aos bancos contrastaram com a situação anterior e surgiram em parte porque os problemas de algumas nações alertaram os bancos para a falta de credibilidade de outras na mesma região.

Citando um exemplo, o FMI diz que o Brasil atribui seus problemas financeiros em parte à moratória conseguida pelo México em agosto de 1982. O Brasil afirmou que foi virtualmente aliado dos mercados de crédito como consequência do acordo mexicano.

Todavia, o refinanciamento cada vez maior contribuiu para a padronização, e "maior eficiência do processo de renegociação das dívidas", diz o estudo, elogiando a disposição dos bancos de manter ou restaurar suas fontes de recursos aos países mais comprometidos e a fornecer novos empréstimos.

Também destacou a importância do papel desempenhado pelo FMI no reescalonamento dos débitos junto a instituições bancárias oficiais e comerciais. "A abordagem multilateral propicia várias vantagens", diz o estudo, apontando que o FMI assegurou a uniformidade de tratamento e "um mecanismo de garantia aos credores que estão sendo adotadas medidas convenientes de ajuste econômico".